

Portugal, Balanço Social 2023

Sumário Executivo

SUSANA PERALTA, BRUNO P. CARVALHO, MIGUEL FONSECA



Introdução

À semelhança dos relatórios anteriores, no "Portugal, Balanço Social 2023"* começamos por descrever a pobreza a partir do rendimento, para, de seguida, nos debruçarmos sobre outras dimensões: a privação material, as condições de habitação e o acesso à educação e à saúde. Descrevemos também a relação entre a pobreza e a situação laboral e o nível de educação. Discutimos, ainda, as diferenças regionais, a desigualdade na distribuição do rendimento e o impacto das transferências sociais na mitigação da pobreza. Damos destaque a dois grupos especialmente vulneráveis: os mais velhos e as crianças.

Este relatório tira partido dos dados individuais do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2022 (ICOR 2022), implementado no início do ano de 2022, para fazer uma descrição detalhada da pobreza e desigualdade em Portugal.¹

Para complementar a análise, sempre que possível, apresentamos estatísticas provisórias do ICOR 2023, disponibilizadas pelo INE a 20 de fevereiro de 2024.² Recorremos ainda a outras fontes de dados, como o Inquérito ao Emprego do INE, do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Segurança Social.

Esta edição conta com um capítulo especial que discute a saúde mental e o bem estar, com base no ICOR 2022, e outro sobre as perceções, expectativas e confiança nas instituições, usando dados do Eurobarómetro.

*Os autores do estudo agradecem a parceria com a Fundação La Caixa.

1. Neste inquérito, as variáveis ligadas ao rendimento e à situação laboral dizem respeito à situação dos inquiridos em 2021, enquanto as variáveis de privação material dizem respeito à situação de 2022.

2. O ICOR 2023 é recolhido pelo INE no início de 2023, e inquire as famílias sobre as situações de privação em 2023 e acerca da sua situação financeira e profissional em 2022.



1.
**Alguns destaques
da edição 2023**

A taxa de risco de pobreza em 2022 era

16,4%

(2 pp abaixo de 2021).

Em 2023, subiu para

17%

Em 2022, 1 em cada 10 pessoas empregadas e



4 em cada 10 pessoas desempregadas são pobres.

32,2%

dos pobres trabalham menos de metade do ano.

Em 2022, a taxa de privação material e social é de



(menos 1,5 pp que em 2021). A privação é

5x

mais comum entre os pobres do que os não pobres.

Em 2022, as pessoas pobres sentiram-se

2x

mais **sozinhas, isoladas** ou **excluídas** do que as não pobres.

Em 2022, na ausência de **transferências sociais** além das pensões, haveria **mais 520 mil pessoas em risco de pobreza.**

Em 2022, **302 mil** crianças e **416 mil** pessoas com 65 ou mais anos são **pobres.**

A taxa de risco de pobreza é

3x

superior nos trabalhadores com **contrato temporário** do que **permanente.**

Em 2022, em cada 10 pessoas pobres

2 vivem em alojamentos sobrelotados



2 classificam o seu estado de saúde como mau ou muito mau

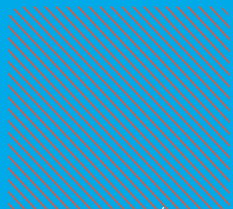


4 não conseguiram aceder a consulta ou tratamento de medicina dentária



As pessoas pobres têm **menos satisfação com a vida** do que pessoas não pobres.

Quase



16%

das pessoas pobres afirmam **sentir-se raramente felizes.**

No 2º Semestre de 2023, o número de **inscritos no centro de emprego** aumentou sobretudo entre os **jovens** e as pessoas com **educação secundária.**

No dia-a-dia, os pobres enfrentam dificuldades:

29%
de **visão**

15%
de **caminhar**

24%
de **concentração.**



Em 2022, nos Açores e na Madeira **2,5 em 10** pessoas está em **risco de pobreza.**

Em 2023, **52%** dos trabalhadores entre os 18 e 24 anos têm **contratos temporários.**

52%

Em 2022, em cada 10 pessoas pobres:

3 tinham um consumo elevado de **bebidas alcoólicas**



Quase 2 tinham consumo elevado de **tabaco**



6 faziam pouco **exercício físico**



Em 2023, os problemas que os residentes afirmam ser mais relevantes para Portugal são a **Inflação**, a **Saúde** e a **Situação Económica**.

Em 2023, mais de

90%

das pessoas com dificuldades financeiras avalia como má a **situação da economia e do mercado de trabalho Português**.

Pessoas com dificuldades financeiras que **não confiam nas instituições:**

97%

PARTIDOS
POLÍTICOS

82,5%

JUSTIÇA

66%

GOVERNO
OU CÂMARAS
MUNICIPAIS

A inflação levou à subida da **insatisfação económica**, que afeta quase **2/3** da **população pobre**.

Aumentou a percentagem da população pobre sem capacidade para:



AQUECER
A CASA



ASSEGARAR
UMA DESPESA
INESPERADA



PAGAR UMA
SEMANA
DE FÉRIAS



COMER PROTEÍNAS
EM DIAS
ALTERNADOS



SUBSTITUIR
MÓVEIS
USADOS



COMPRAR
ROUPA



ADQUIRIR
COMPUTADOR

Em 2023, 3,6 em cada 10 pessoas com dificuldades financeiras acha que a sua situação vai piorar.

36,3%

Em 2023, 32% dos beneficiários do RSI tinham menos de 18 anos.

32%



2. Estado social do país

Estado social do país

QUAL É O ESTADO DA POBREZA EM PORTUGAL?

Em 2022, o **limiar de pobreza** em Portugal era de 6608 €/ano, ou 551 €/mês. A **taxa de risco de pobreza** e de **pobreza extrema** diminuíram, em 2022, para 16,4% e 10%, respetivamente.

A pobreza é mais comum entre as pessoas **desempregadas** (41,3%), as **famílias monoparentais** (29,9%) e os indivíduos com **níveis de escolaridade mais baixos** (21,9%). Também as **mulheres** têm maior taxa de risco de pobreza que os homens (16,8% vs 15,9%). A taxa de risco de pobreza entre as pessoas que trabalham com **contrato temporário** é quase o triplo da registada entre quem tem contratos sem termo (20,6% e 7,4%, respetivamente, em 2022). O risco de pobreza também é mais elevado para os **estrangeiros** (28,5%) comparado com os locais (16,1%).

Para analisar o **grau de pobreza**, calculamos o hiato de pobreza, que é a diferença entre o rendimento de cada agregado e o limiar de pobreza. O índice de severidade de pobreza, que dá mais peso aos agregados com hiatos de pobreza maiores, diminuiu de 2,9%, em 2021, para 2%, em 2022.

Em 2023, esta taxa de risco de pobreza subiu para 17%. Logo, o número de pessoas em risco de pobreza aumentou 60 mil. A taxa de pobreza aumentou principalmente entre as mulheres, com um aumento de 0,9 pontos percentuais em 2023. O aumento na prevalência da pobreza reflete-se em todos os grupos etários, principalmente entre as crianças, cuja taxa de pobreza aumentou 2,2 pontos percentuais face a

2022. A taxa de pobreza dos empregados foi de 10% em 2023 (-0,3 pontos percentuais face a 2022). Para os desempregados houve uma subida de 3 pontos percentuais, para 46,4%.

QUAL É O ESTADO DA PRIVAÇÃO EM PORTUGAL?

A taxa de **privação material e social** também diminuiu. Em 2022, 12% das pessoas encontravam-se em situação de privação material e social e 5,3% em situação de privação material e social severa. A privação material e social é 5 vezes mais comum entre a população pobre do que entre a não pobre.

Para além da pobreza monetária e material, no “Portugal: Balanço Social 2023” analisamos **outras privações essenciais**, incluindo as relacionadas com a saúde e a habitação:

A taxa de risco de pobreza entre os trabalhadores com contrato temporário é quase 3X a de quem tem contratos permanentes.

- Em 2022, 21,3% das pessoas pobres auto-avaliam a sua **saúde** como má ou muito má; na população não pobre, essa percentagem é de 11,6%. Os pobres reportam mais doenças crónicas e prolongadas: 50,6%, o que compara com 43,5% para a população não pobre. Os pobres têm níveis de privação mais elevados, especialmente nos cuidados de medicina dentária, que não são disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde: 39,3% vs 13,7%.
- A população pobre tem **carências habitacionais** bastante marcadas. Em 2022, 20,5% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados (face a 7,2% da população não pobre). A proporção da população com encargos habitacionais excessivos é, também, maior entre as famílias em risco de pobreza. Cerca de 33,9% dos agregados pobres em Portugal têm encargos com a habitação que excedem 40% do rendimento do agregado (face a 6,6% da população não pobre).

QUAL É O ESTADO DA DESIGUALDADE EM PORTUGAL?

Entre 2008 e 2020 observou-se uma redução da **desigualdade na distribuição do rendimento** em quase todos os indicadores. Entre 2020 e 2021, a tendência inverteu-se. Os 10% mais ricos detinham, em 2022, quase 8 vezes mais rendimento disponível do que os 10% mais pobres. Em 2023, a desigualdade do rendimento aumentou; o

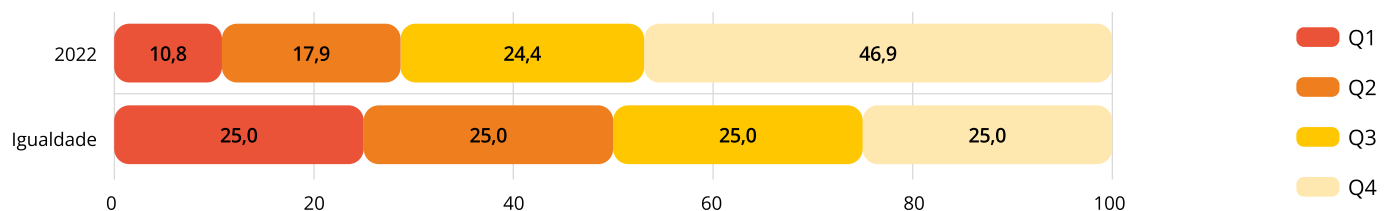
índice de Gini subiu de 32 para 33,7. A **Figura 1** mostra que os 25% mais ricos detinham cerca de 47% da riqueza do país, a comparar com os 25% mais pobres, que detinham apenas 10,8%.

QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS REGIONAIS RELATIVAS À POBREZA E DESIGUALDADE?

A **Figura 2** mostra as importantes disparidades regionais na incidência de pobreza, privação material e social e desigualdade na distribuição do rendimento.

- A prevalência da pobreza é maior nas Regiões Autónomas, que também têm mais privação material e social e mais desigualdade do que Portugal continental.
- A **taxa de pobreza** está quase 10 pontos percentuais acima da média nacional na Madeira, a região com maior taxa de pobreza em Portugal, e 9 pontos percentuais acima da nacional nos Açores.
- A **taxa de privação material e social severa** desceu em todas as regiões de Portugal entre 2021 e 2022, com a exceção dos Açores.
- A região com maior **desigualdade** foi os Açores, que foi também aquela em que a desigualdade mais aumentou face ao ano anterior, seguida da Madeira e do Centro.

Figura 1 - Quartis do rendimento disponível (em %)



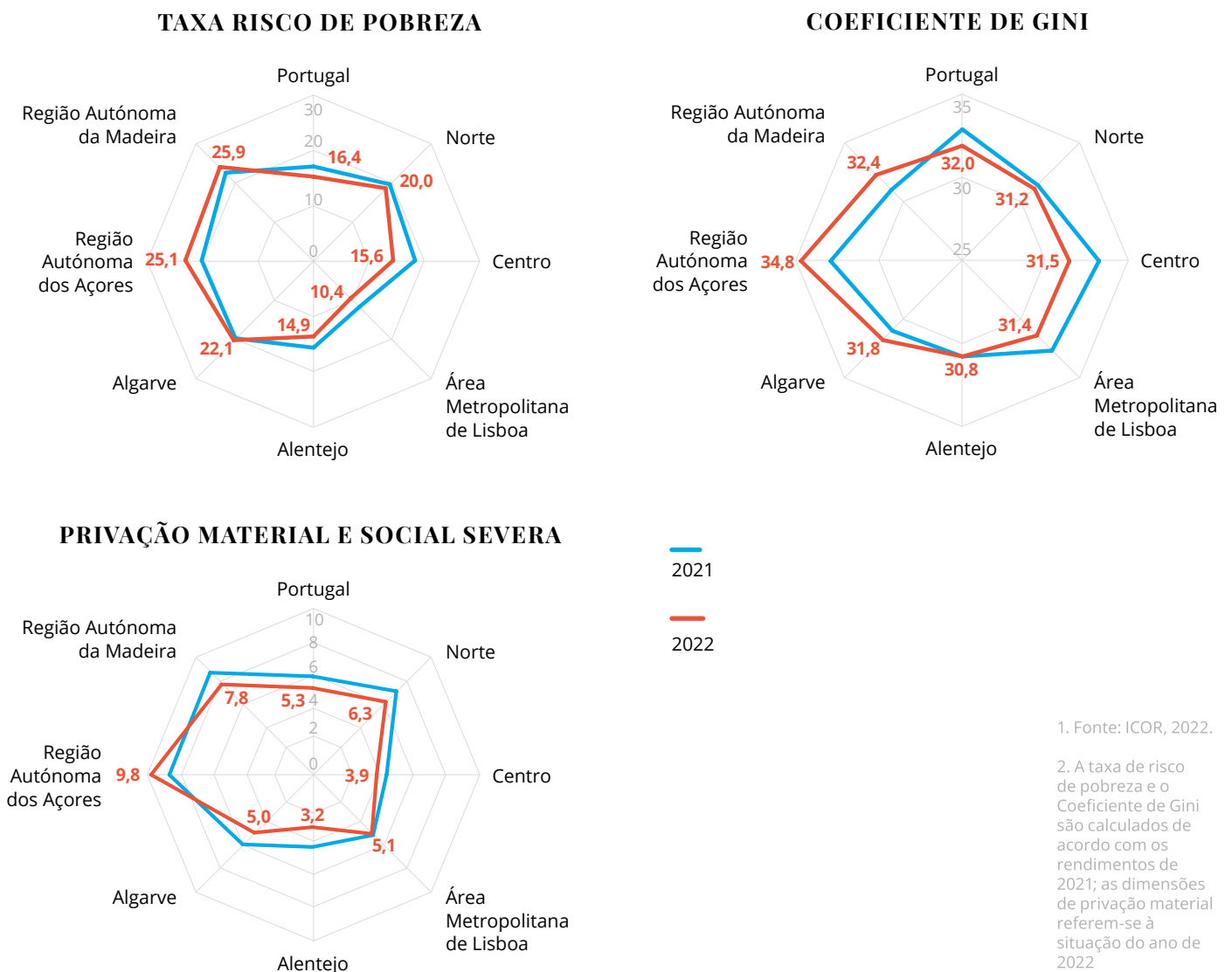
1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Estes cálculos foram feitos usando o Distributive Analysis Stata Package.

Em 2023, a taxa de risco de pobreza diminuiu ligeiramente em todas as regiões, exceto em Lisboa e na região autónoma dos Açores. O Algarve continua ser a região continental com a maior taxa de pobreza, 19,7%, apesar da redução de

2,4 pontos percentuais face a 2022. Em Lisboa, por outro lado, registou-se uma subida de 4,3 pontos percentuais face a 2022. A desigualdade, medida através do coeficiente de Gini, aumentou em todas as regiões, exceto no Alentejo.

Figura 2 - Taxa de risco de pobreza, Portugal e Regiões (em %)



COMO VIVEM OS MAIS NOVOS E OS MAIS VELHOS?

As crianças são um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. A **taxa de risco de pobreza** entre as crianças diminuiu entre 2021 e 2022 (de 20,4% para 18,5%), pelo que ainda há mais de 302 mil menores pobres em Portugal.

A população com mais de 65 anos tem uma **taxa de risco de pobreza** de 17% em 2022, um valor superior à média nacional (16,4%), o que significa que há, em 2022, 416 mil pessoas com mais de 65 anos que são pobres.

Os maiores graus de privação em agregados com crianças e entre os mais velhos observam-se nas capacidades de: (i) **pagar uma semana de férias fora de casa** (47,5% entre os mais velhos e 31% nos agregados com crianças); (ii) **fazer face a despesas inesperadas** (32% nos agregados com crianças e 31% entre os mais velhos); (iii) substituir móveis usados (cerca de 38% para ambos os grupos).

O rendimento da família está relacionado com a frequência da **creche e pré-escolar** – quase 8 em cada 10 crianças pobres não têm acesso a creche e, entre os 4 e os 7 anos, as mais pobres são as que menos frequentam o pré-escolar. A **escolaridade** tem um papel importante na mitigação da transmissão intergeracional da pobreza.

No que toca à habitação, apesar de os mais velhos serem o grupo com maior **dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida**, nas outras dimensões de privação habitacional apresentam menores taxas de privação do que os adultos menores de 65 ou agregados com crianças. Ainda assim, quase um quarto dos idosos vive em **casas com o telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água**, e 1% vive em **alojamentos sem instalações de banho/duche no interior**.

QUAL FOI O IMPACTO DA INFLAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE VIDA EM PORTUGAL?

Para avaliar o impacto da inflação nas condições de vida das pessoas é necessário analisar indicadores de privação ou medidas subjetivas de bem estar económico, que medem diretamente a capacidade das pessoas fazerem face a despesas essenciais.

Verifica-se um aumento na **insatisfação económica** e nas **dificuldades para chegar ao fim do mês** da população pobre e da população não pobre, bem como um aumento da **prevalência de sobre-endividamento** entre os não pobres. A insatisfação económica é especialmente frequente na população pobre, afetando quase dois terços dos indivíduos.

A percentagem de pessoas pobres com privação ou privação severa aumentou entre 2021 e 2022, em contraste com a diminuição da privação entre os não pobres. Aumentou a percentagem da população pobre sem **capacidade para aquecer a casa**, para **assegurar uma despesa inesperada**, para **pagar uma semana de férias**, para **comer proteínas em dias alternados**, para **substituir móveis usados**, para **comprar roupa**, para **encontros sociais uma vez por mês**, ou para **adquirir computador**. Não aumentou a percentagem de pessoas com **atraso no pagamento da hipoteca ou de contas mensais como água ou eletricidade**, o que poderá resultar das medidas de mitigação implementadas pelo governo. Na população não pobre, há uma diminuição generalizada da privação, à exceção da **capacidade para refeições proteicas em dias alternados**, que aumenta em 0,6 pontos percentuais.

Quase
8 em cada 10
crianças pobres
não têm acesso a creche

A percentagem de pessoas pobres que não recorreram a uma consulta não dentária e dentária aumentou em 7,1 e 20 pontos percentuais, respetivamente. No caso da população não pobre, estes aumentos cingem-se a 1,8 e 6 pontos percentuais. A percentagem de pessoas pobres a viver em alojamentos sobrelotados e que consideram os custos de habitação um encargo excessivo aumentou em 1,9 pontos percentuais. Tais agravamentos não afetam as pessoas não pobres.

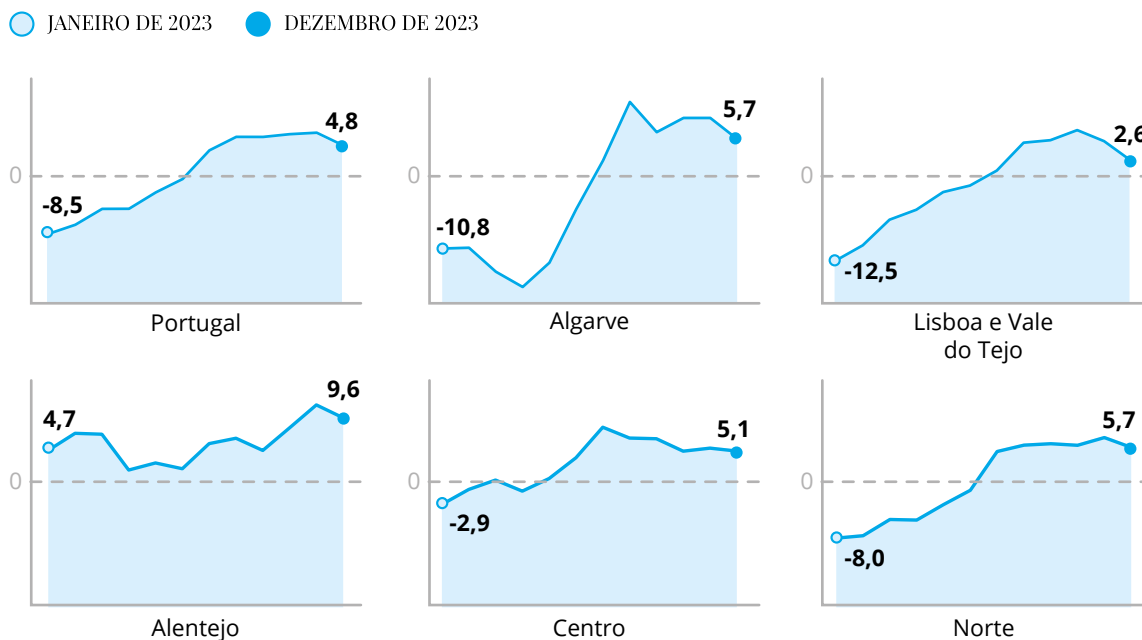
QUAL É O ESTADO DO MERCADO DE TRABALHO?

Um indicador fortemente relacionado com a pobreza é a **intensidade laboral** - a percentagem de tempo total do ano em que os adultos entre 18 e 64 anos do agregado estão a trabalhar. A percentagem de pessoas em agregados pobres com

muito baixa intensidade laboral, isto é, nos quais as pessoas adultas trabalham menos de 20% do tempo, era de 21,4% em 2022. Para os agregados não pobres, este valor diminuiu para 2,6%.

Para compreender melhor a evolução do mercado de trabalho podemos analisar os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que permitem descrever evolução mensal do número de **inscritos nos centros de emprego** nas diferentes regiões de Portugal continental.³ A **Figura 3** mostra a variação percentual entre o número mensal de pessoas registadas nos centros de emprego em 2023 e 2022, para Portugal e para a cinco regiões NUTS 2 do território continental. De forma geral, durante o primeiro semestre de 2023, o número de inscritos esteve abaixo do período homólogo de 2022; no segundo semestre, a tendência inverteu-se.

Figura 3 - Variação homóloga de indivíduos registados no centro de emprego por regiões



1. Fonte: IEFP, 2023
 2. Variação dos inscritos no centro de emprego nos meses de 2023 em comparação com os meses homólogos de 2022. A linha a tracejado marca o que aconteceria se nos meses analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo mês homólogo de 2022.
 3. Interpretação: Em dezembro de 2023, o número de inscritos nos centros de emprego em Portugal era cerca de 5% superior ao registado no mesmo mês de 2022.

3. Nem todas as pessoas desempregadas se inscrevem num centro de emprego; ainda assim, dado que a inscrição é uma das condições para a obtenção de subsídio de desemprego, é comum usar os dados do IEFP como uma aproximação razoável ao número de desempregados. O número de inscritos nos centros de emprego não está disponível para as Regiões Autónomas.

No Algarve, as variações atingiram picos mais pronunciados. Em abril de 2023 o número de inscritos estava mais de 15% abaixo do mês correspondente em 2022. Por outro lado, em Agosto de 2023 o número de inscritos estava mais de 10% acima do de Agosto de 2022. Esta tendência de aumento face ao ano anterior manteve-se em Setembro e Outubro de 2023. No Alentejo, por outro lado, o número de inscritos nos centros de emprego em 2023 foi sempre superior aos dos meses correspondentes em 2022, variando entre 2% e 11%.

O mapa da **Figura 4** mostra a distribuição da taxa de inscritos nos centros de emprego em percentagem da população residente em idade ativa para os municípios do território continental. É visível que os municípios com taxas mais altas se localizam na região Norte e no interior das regiões Centro e Alentejo.

A **Figura 5** mostra a proporção de trabalhadores que trabalhou maioritariamente a partir de casa no terceiro trimestre de 2023, por número de horas trabalhadas, nacionalidade, rendimento, idade e escolaridade.

O **trabalho remoto** é mais prevacente entre as pessoas que trabalham mais de 35 horas/semana (19,7%), entre os residentes sem nacionalidade Portuguesa e de origem noutros países da Europa (37,7%), nas pessoas com maior salário/hora (38,4%), com ensino superior (39,2%) e entre os jovens com idades entre 25 e 34 anos (19,7%).

Em sentido contrário, os residentes estrangeiros de fora da Europa (15,2%), os trabalhadores que têm até o ensino básico (4,1%) e que têm salários/hora mais baixos (4,6%) afirmam menos frequentemente ter trabalhado maioritariamente a partir de casa.

Figura 4 - Inscritos no Centro de Emprego, em 2023, por município (em %)

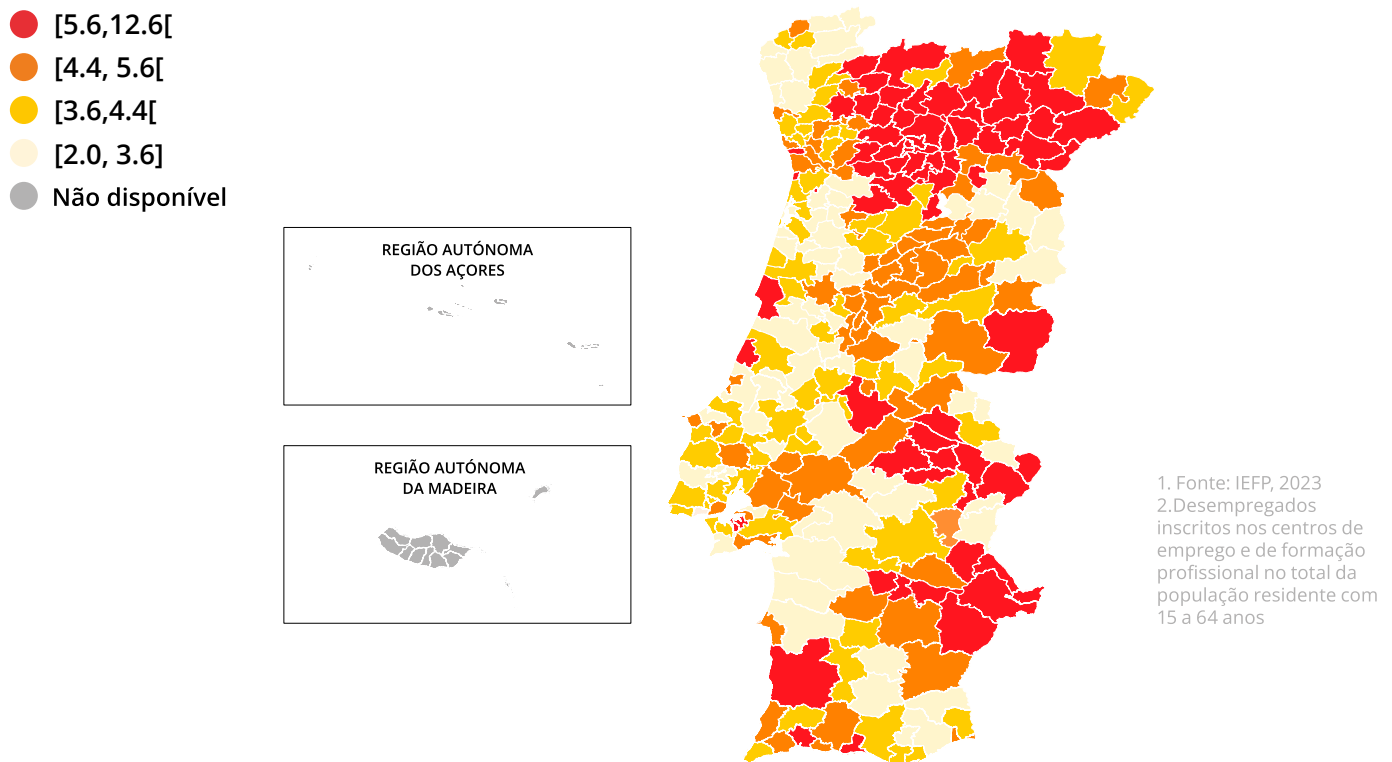
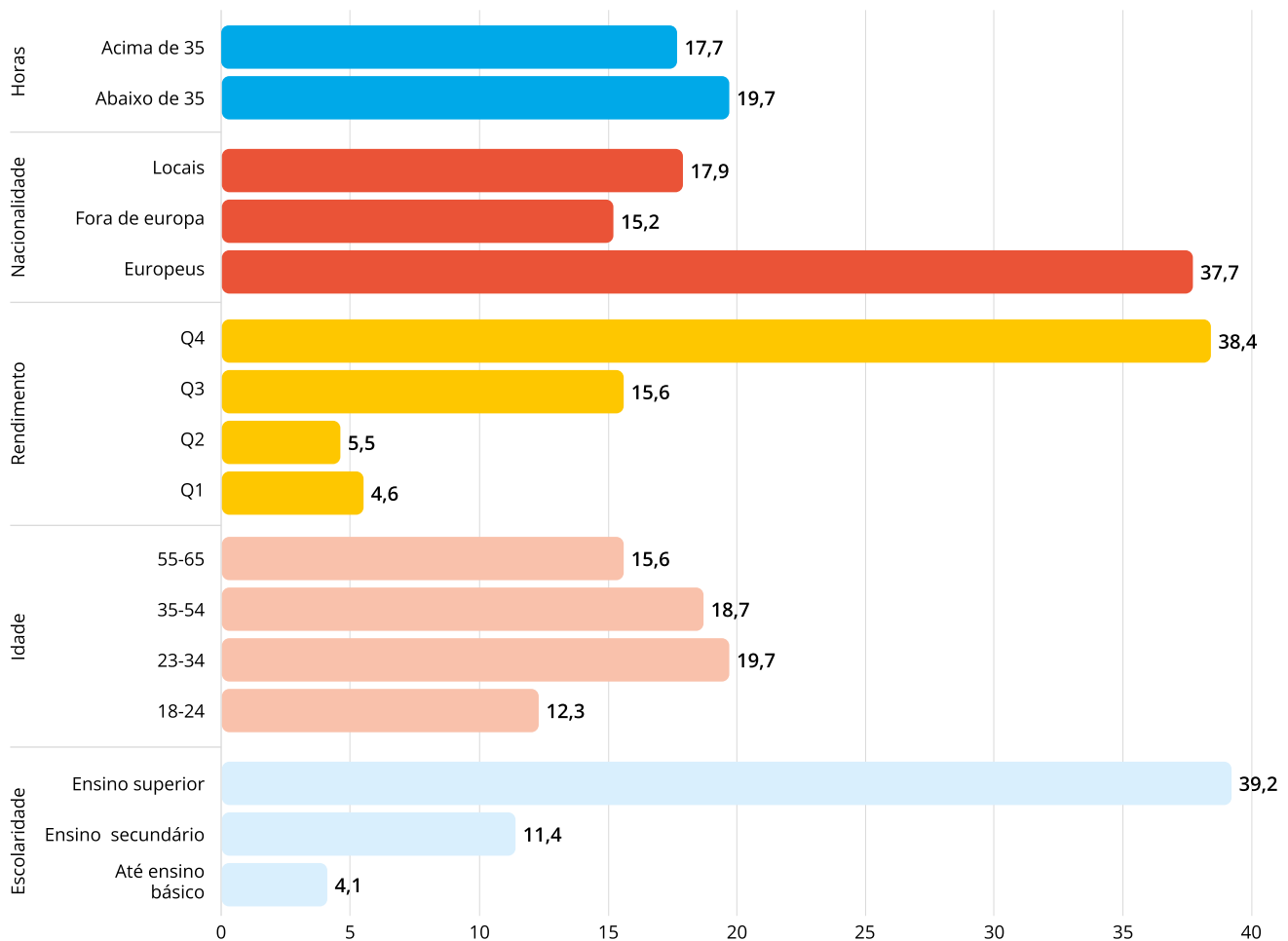




Figura 5 - Teletrabalho (em %)



1. Fonte: IE, 2023

2. Por teletrabalho considera-se a população empregada que trabalhou a partir de casa no período de referência com recurso a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

3. Interpretação: No terceiro trimestre de 2023, 12,3% dos jovens entre os 18 e 24 anos trabalhavam maioritariamente em casa.

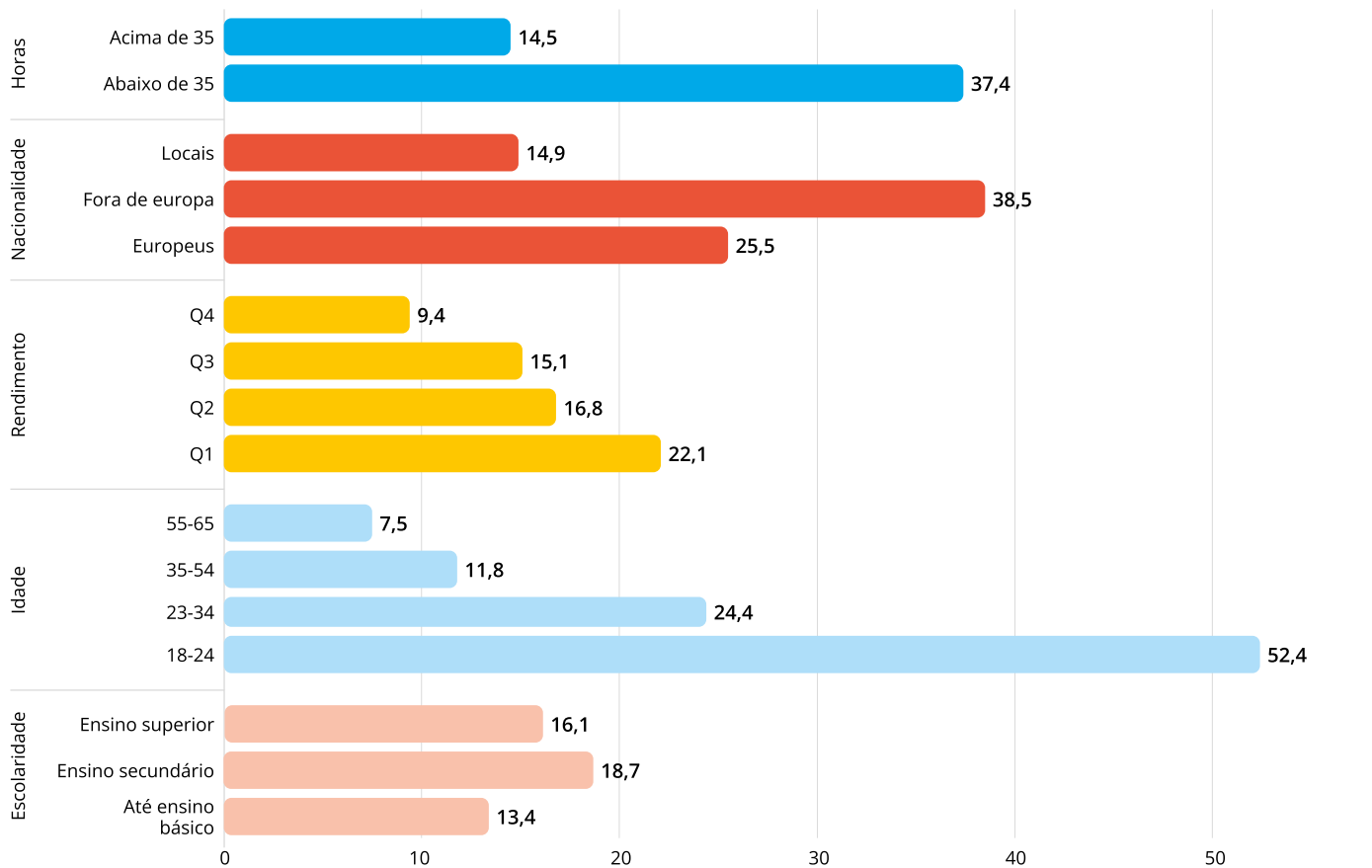
A **Figura 6** mostra a proporção de **contratos temporários** de acordo com o número de horas trabalhadas, a nacionalidade, o rendimento, a idade e a escolaridade.

Os contratos temporários concentram-se sobretudo nos trabalhadores que trabalham menos de 35 horas/semana (37,4%), nos estrangeiros

residentes com origem não Europeia (38,5%), nos trabalhadores com salários/hora mais baixos (22,1%) e nos trabalhadores com ensino secundário (18,7%). A distribuição por idade enfatiza a grande concentração de contratos temporários entre os mais jovens: entre os 18 e 24 anos, 52% dos trabalhadores têm contratos temporários, entre os 25 e 34 anos esta proporção é de 24,4%.



Figura 6 - Contratos temporários (em %)



1. Fonte: IE, 2023

2. Interpretação: No terceiro trimestre de 2023, 52,3% dos jovens entre os 18 e 24 anos tinham contratos temporários.

QUAL É O PAPEL DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS?

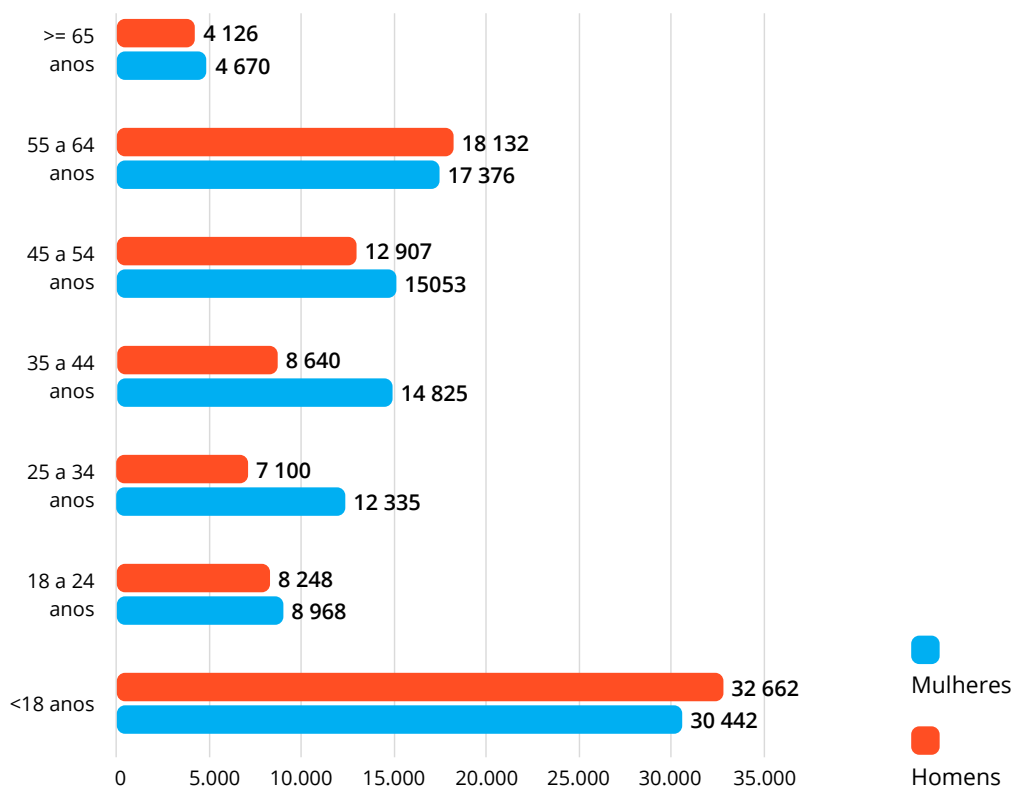
As **transferências sociais** monetárias por velhice, como as pensões, são as que têm maior número de beneficiários – recebidas, em 2022, por cerca de 26,5% da população. Na ausência de transferências, como o subsídio de desemprego, de doença ou as pensões, haveria mais pobreza e desigualdade: segundo o ICOR 2022, a taxa de risco de pobreza, em 2022, subiria de 16,4% para 21,5% (se considerarmos apenas pensões) e para 42,5% (se não considerarmos qualquer transferência social); o coeficiente de Gini subiria de 32 para 37,8.

No relatório “Portugal, Balanço Social 2023” complementamos a análise do papel das transferências sociais usando dados da Segurança Social. Em 2023 havia cerca de 1,2 milhões de beneficiários de abono de família (menos 26,5 mil do que em 2022) e o valor médio mensal do apoio era de 90,88 €. A grande maioria dos beneficiários do abono de família tem menos de 18 anos e é do sexo masculino. Existem cerca de 216 mil rapazes a receber apoio até aos seis anos (em média 36 mil por ano de idade) e cerca de 340 mil entre os 7 e 18 anos (em média 31 mil por ano de idade). A diferença de género reflete a distribuição por género da população residente.⁴

O **rendimento social de inserção** (RSI) destina-se a pessoas em situação de pobreza extrema, que necessitem de apoio para melhorar a sua integração social e profissional. Um dos critérios de atribuição do subsídio é o rendimento mensal do agregado. Em 2024, para uma pessoa que viva sozinha, a soma dos seus rendimentos mensais teria que ser inferior a 237,25 €, equivalente a 2847

€ anuais. Em 2023, havia 241 mil beneficiários a receber RSI, o que corresponde a 122 mil famílias apoiadas. O valor médio do apoio por beneficiário era de 133,2 €, e por família de 283,49 €. A Figura 7 mostra a distribuição do número de beneficiários por idade e género. A maioria dos beneficiários (cerca de 63 mil, ou 32% do total) têm menos de 18 anos.

Figura 7 - Número de beneficiários do rendimento social de inserção por género e por idade



1. Fonte: MTSSS, 2023

2. Interpretação: Em 2023, havia 30.442 crianças do sexo feminino que beneficiavam do rendimento social de inserção.

4. De acordo com as estimativas da população residente do INE, em 2022, entre os jovens até aos 19 anos 954 mil eram do sexo masculino, e cerca de 906 mil do sexo feminino.



3. **Saúde mental e bem-estar**

Saúde mental e bem-estar

A **Tabela 1** mostra a frequência de atividades associadas a um **estilo de vida saudável**. A maioria das pessoas em risco de pobreza (quase 60%) indica fazer pouco exercício físico, uma proporção quase 11 pontos percentuais acima da da população não pobre. Os pobres reportam também mais comumente consumir pouca fruta, ou legumes/saladas (6% e 7%, respetivamente). Por outro lado, o consumo elevado de tabaco é mais significativo entre a população pobre (16,4%, o que compara com 15% entre os não pobres), tal como o consumo de bebidas alcoólicas (38,7% para os pobres, 32,4% para os não pobres).

No dia-a-dia, a população pobre demonstra maiores **dificuldades quotidianas**: 29% reporta dificuldades de visão (+10 pontos percentuais que a população não pobre), 24% reporta dificuldades de memória ou concentração (+6,7 pontos percentuais que a população não pobre), e

quase 15% reporta dificuldades em ouvir ou caminhar.

Quase 16% das pessoas em risco de pobreza afirmam que raramente ou **quase nunca se sentiram felizes** (mais do dobro do que a população não pobre). No que toca à satisfação com as relações pessoais, 5,4% dos pobres reporta um nível baixo de satisfação (um valor mais de 3 vezes superior ao dos não pobres).

A população em risco de pobreza está mais suscetível a situações de **isolamento social**. Entre os pobres, 12,9% reporta ter-se sentido só, e 8,3% ter-se sentido excluído. Em ambos os casos, estas proporções são mais de duas vezes superiores entre os pobres do que entre os não pobres. A população em risco de pobreza indica também mais frequentemente não ter participado em atividades lúdicas (quase 6%), e ter poucos encontros com familiares (11%) e com amigos (15%).

Tabela 1 - Hábitos menos saudáveis (em %)

| | POPULAÇÃO POBRE | POPULAÇÃO NÃO POBRE |
|-------------------------------|-----------------|---------------------|
| POUCO | | |
| Exercício físico | 59,5 | 48,6 |
| Consumo de fruta | 5,9 | 3,5 |
| Consumo de legumes ou saladas | 7,2 | 4,4 |
| ELEVADO | | |
| Consumo de tabaco | 16,4 | 15,0 |
| Consumo de bebidas alcoólicas | 38,7 | 32,4 |

1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Cálculos feitos ao nível do indivíduo.

3. Para as variáveis: "Pouco exercício físico numa semana normal", "Pouco consumo de fruta, excluindo sumos, numa semana normal" e "Pouco consumo de legumes ou saladas, excluindo sopas, batatas e sumos, numa semana normal", foram consideradas as respostas "nunca" e "pelo menos uma vez por semana".

4. Para as variáveis: "Elevado consumo de tabaco (incluindo tabaco aquecido, cigarros eletrónicos e dispositivos semelhantes)" e "Elevado de consumo de bebidas alcoólicas (últimos 12 meses)", foram consideradas as respostas "diariamente" e "algumas vezes por semana".

5. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021.

6. Interpretação: Em 2022, 48,6% das pessoas não pobres em Portugal fazem pouco exercício físico; este valor eleva-se a 59,5% para as pessoas pobres.



4. Perceções, Expectativas e Confiança nas Instituições

Perceções, Expectativas e Confiança nas Instituições

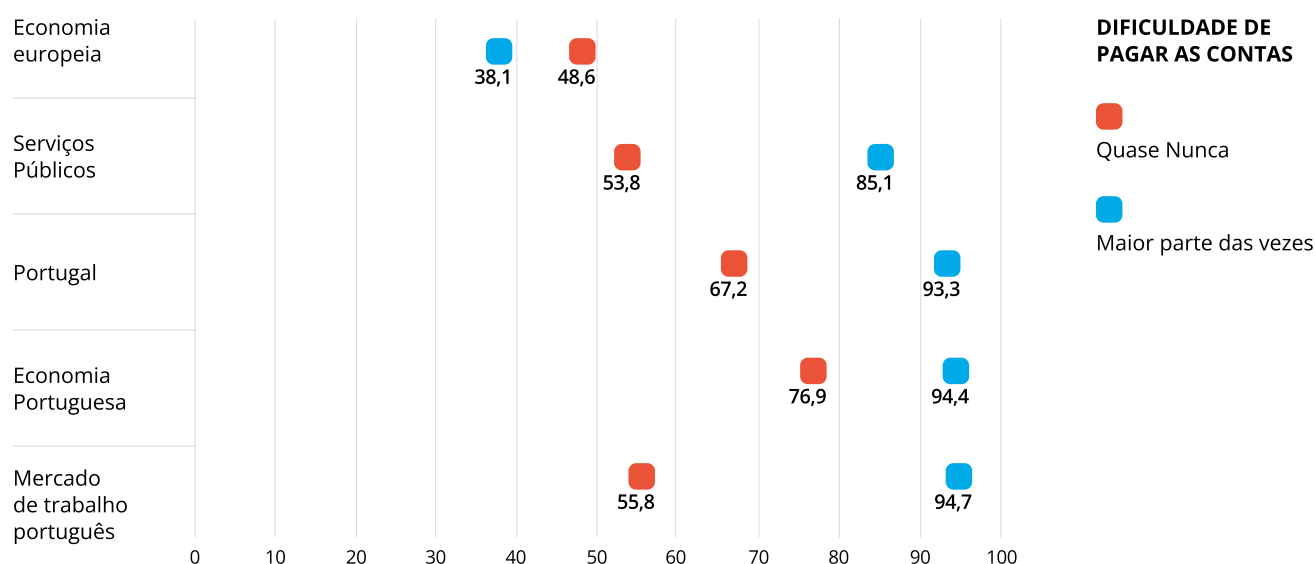
Para identificar situações de fragilidade económica, recorremos a uma pergunta do Eurobarómetro em que os respondentes avaliam a frequência com que têm dificuldade a pagar as contas e comparamos as pessoas que reportam dificuldades na “maior parte das vezes” com as que reportam “quase nunca” ter dificuldade em pagar as contas.

A maioria das pessoas **avalia a situação atual** como má em todas as dimensões, exceto na economia europeia. Verifica-se, igualmente, que as pessoas com dificuldades

têm uma avaliação mais negativa da situação. A exceção é, de novo, a economia europeia, que é avaliada mais negativamente por quem não tem dificuldades.

O descontentamento das pessoas que têm dificuldades é muito elevado e atinge mais de 90% nas dimensões **Portugal, Economia Portuguesa e Mercado de trabalho Português**. É também interessante assinalar que a maior diferença de perceção entre quem tem e quem não tem dificuldades é nas dimensões dos serviços públicos e do mercado de trabalho.

Figura 8 - Percentagem de pessoas que avalia a situação atual como má em diferentes dimensões



1. Fonte: Eurobarómetro, 2023

2. A pergunta feita aos inquiridos é: “Como avalia a situação atual em cada um dos seguintes domínios?”. Nesta figura, foram consideradas as respostas “algo má” e “muito má”.

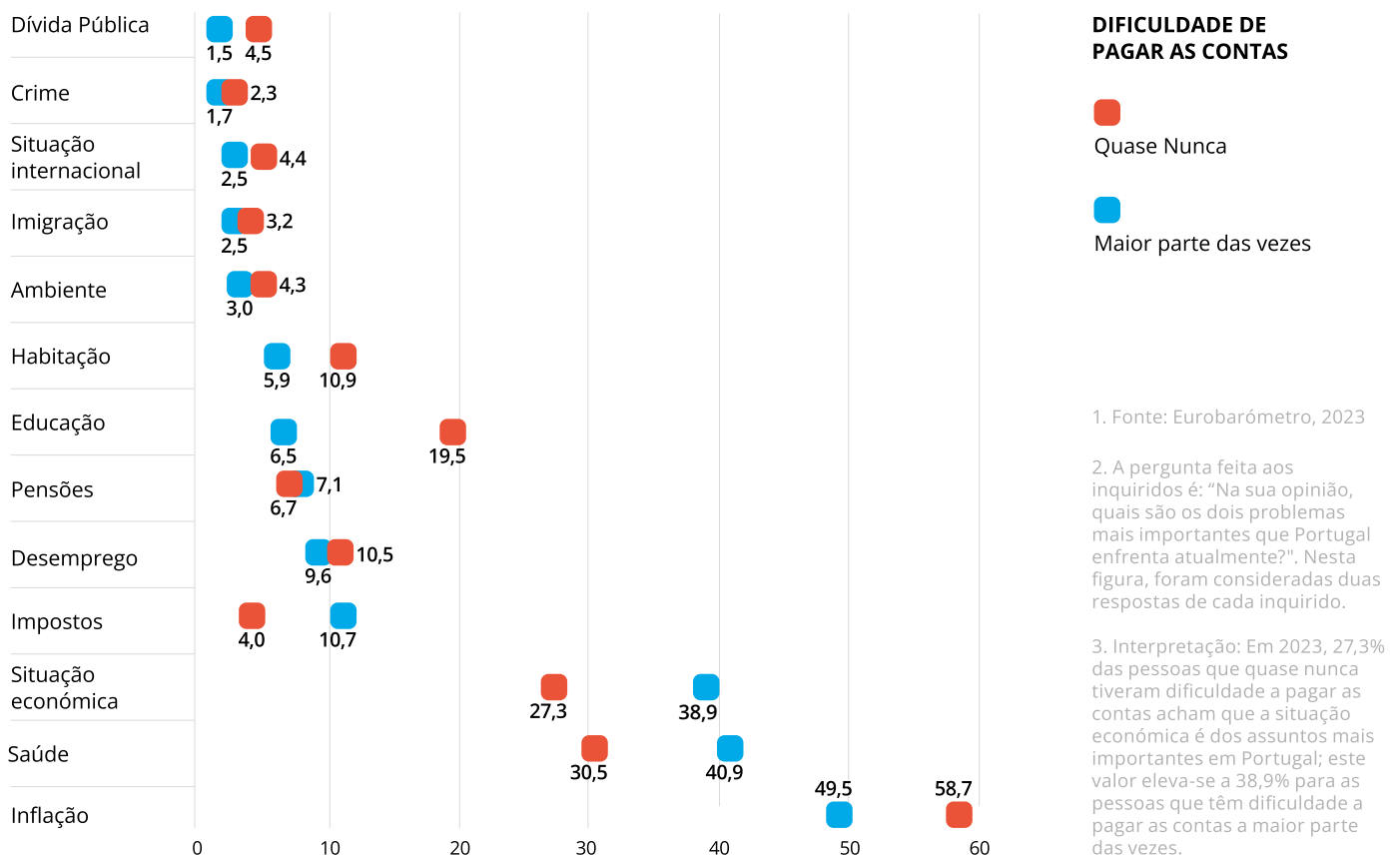
3. Interpretação: Em 2023, 67% das pessoas que quase nunca tiveram dificuldade a pagar as contas acham que Portugal está numa má situação; este valor eleva-se a 93,3% para as pessoas que têm dificuldade a pagar as contas a maior parte das vezes.

A evidência na **Figura 9** reflete a situação macroeconómica no final de 2023, com a **inflação** a marcar as preocupações das pessoas. A **saúde** e a **situação económica** são as outras duas vertentes às quais os indivíduos atribuem uma importância elevada, com mais de 27% das pessoas que quase nunca têm dificuldades e mais de 38% das que têm dificuldades a apontá-las como prioridade.

Os dados também revelam um leque de **prioridades** diferentes consoante a situação financeira das pessoas. Assim, a **dívida pública**, a

situação internacional, a **habitação**, a **educação** e a **inflação** são prioridades apontadas mais frequentemente por quem não tem dificuldades do que por quem tem dificuldades. Em sentido contrário, os **impostos**, a **situação económica** e a **saúde** são indicados como problemas importantes mais frequentemente por quem tem dificuldades. A maior discrepância revela-se na **educação**: a prevalência de pessoas que a classificam como importante é três vezes maior entre quem não tem dificuldade, por comparação com quem tem dificuldade na maior parte das vezes.

Figura 9 - Problemas mais relevantes em Portugal (em %)



As pessoas com dificuldade têm maior probabilidade de responder que não têm **confiança nas instituições** do que aquelas que não têm dificuldade, com duas exceções apenas. Por um lado, o sistema de saúde, que é a instituição na qual mais pessoas confiam, sem diferença entre indivíduos com e sem dificuldade (cerca de 88%). Por outro lado, no caso dos media, são as pessoas com menos dificuldades que menos confiam (42%).

As pessoas que vivem numa situação económica mais confortável declaram maior **satisfação com a democracia** do que aquelas que têm quase sempre dificuldades para pagar as contas. Verifica-se que a satisfação com a democracia é menor ao nível nacional do que europeu. Mais de um em cada dois indivíduos que têm dificuldades manifesta-se insatisfeito com a democracia em Portugal. Por outro lado, é ao nível da União que há mais discrepância entre a prevalência de insatisfação das pessoas com maior e menor dificuldade para pagar as contas.



Fotografias: Unsplash | Design e infografias: Laboota